

Da biblioteca pública à biblioteca popular: análise das contradições de uma trajetória

From public library to «popular» library: analysis
of a contradictory trajectory

ODÍLIA CLARK PERES RABELLO *

Reflexões sobre o papel da biblioteca pública no Brasil, mostrando as contradições dos seus objetivos, tendo em vista a nossa realidade social. Análise da proposta de biblioteca popular, procurando situá-la no contexto dos movimentos populares, ao mesmo tempo que se discute as suas possibilidades de atuação.

Qual a função da biblioteca pública na nossa sociedade? Esse é um questionamento constante que se observa atualmente entre os bibliotecários.

Ao mesmo tempo, nota-se a emergência de uma proposta alternativa de biblioteca — a biblioteca popular. Participando ativamente da vida de uma comunidade, sentida como necessária pelo grupo, essa biblioteca desenvolveria seus serviços a partir das reais necessidades daquela comunidade. Em discussões entre bibliotecários chega-se, inclusive, a afirmar que a biblioteca pública foi (ou será) substituída pela biblioteca popular.

* Prof. adjunto da Escola de Biblioteconomia da UFMG.

Até que ponto essa afirmativa é verdadeira? Quais os rumos da biblioteca pública no momento atual brasileiro? Como surgiu a biblioteca popular? Quais são as suas possibilidades de ação e as suas perspectivas futuras?

Na tentativa de buscar respostas para essas questões, torna-se necessário refletir sobre alguns aspectos da realidade brasileira que oferecem subsídios para uma análise mais profunda da crise da biblioteca pública e da emergência da biblioteca popular como fenômeno característico do momento atual.

A biblioteca deve ser estudada na sua imersão no contexto histórico. Chauí (1) lembra que é a realidade que explica uma idéia e não o contrário. Ao comentar a ideologia, diz que nela, «as idéias estão sempre «fora do lugar», uma vez que são tomadas como determinantes do processo histórico, quando na verdade são determinadas por ele. As idéias não precedem o real, pois o exprimem, seja na forma imediata do aparecer, seja na forma mediata da reflexão.»

Desse ponto de vista, analisar a função da biblioteca pública é hoje, basicamente, discutir a sociedade brasileira atual, suas características, suas necessidades e dela extrair a função da biblioteca.

Para tanto, há necessidade de se fazer uma retrospectiva histórica que mostre a evolução dessa sociedade.

A partir de 1930, teve início no Brasil um processo de modificação das estruturas da sociedade. A sociedade oligárquica, tradicional, foi substituída pela sociedade moderna. O Brasil deixou de lado sua «dita» vocação agrícola-exportadora para se industrializar, se modernizar, se desenvolver.

A crise de 29 afetou particularmente o café e o comércio exterior — base da economia brasileira, e provocando a aceleração da industrialização. Assistiu-se a

um rápido crescimento de um mercado interno — condição básica, segundo Bresser Pereira (2), para a instalação de uma indústria nacional. A depressão econômica criou a oportunidade para investimentos industriais, e a revolução de 30 — revolução da classe média — buscou apoio em novas classes, como o proletariado urbano, e a emergente classe de empresários industriais, à qual deu apoio. A revolução de 30 ofereceu as condições políticas para a Revolução Industrial Brasileira, segundo Bresser Pereira (2).

A segunda guerra mundial provocou, de acordo com ele, uma queda no desenvolvimento, pelo fato de o desenvolvimento industrial estar na quase total dependência da importação de equipamentos. A exportação de produtos manufaturados caiu. A década de 46/55 correspondeu a uma fase de reequipamento da indústria nacional e de crescimento industrial.

O período áureo do desenvolvimento econômico nacional vai ocorrer de 56 a 61. No campo econômico processou-se uma transformação estrutural básica: «a implantação de uma poderosa indústria autônoma no Brasil que modificou todo o panorama da sociedade brasileira» (2).

Politicamente, a tradicional aristocracia foi substituída no poder, a partir de 30, pela emergente classe média que vai ser a principal responsável pela modificação da nossa estrutura social.

O auge da classe média no Brasil ocorreu de 30 a 60, paralelo ao fenômeno da urbanização e da industrialização. Uma atenção especial deve ser dada a esse tema, para uma compreensão futura da sua ligação com a biblioteca pública. Bresser Pereira (2), analisando a evolução dessa classe mostra que, na estrutura social tradicional, onde havia uma oligarquia de grandes fazendeiros e comerciantes e uma classe baixa de trabalha-

dores agrícolas (ex-escravos, descendentes dos primeiros imigrantes portugueses, mestiços), o papel desempenhado pela classe média era pouco expressivo. Era constituída, no seu início, por funcionários do governo e do exército, que geralmente estavam ligados por laços de parentesco com a classe alta. Com o desenvolvimento urbano, segundo o referido autor, a classe média ampliou-se dedicando-se ao pequeno comércio, a novas profissões, ao exército. «A classe média cresceu mais que a possibilidade de absorção da economia, passando a ser parasitária do Estado» (2). Devido a esse caráter parasitário, sua reduzida expressividade política só irá se modificar a partir de 30.

Mas o desenvolvimento industrial emergente provocou o aparecimento de novas classes, como a dos empresários industriais, que junto com a dos grandes fazendeiros, comerciantes e banqueiros, passaram a formar a classe alta. Por outro lado, começa a existir uma classe baixa, formada basicamente pelos operários das indústrias e trabalhadores urbanos em geral.

Ocorreu, porém, uma transformação significativa na classe média — surgiu uma nova classe média, formada por vários profissionais, técnicos, operários especializados, empregados do comércio — composta por um grande contingente de emigrantes ou seus descendentes. Esse grupo passou a conviver com a classe média tradicional, desligada do processo produtivo.

Essa classe média, juntamente com a alta, foi a clientela constante e fiel da biblioteca e também a beneficiária da educação, como se verá mais adiante.

A classe baixa, na sociedade tradicional, vivia em condições miseráveis de pobreza e analfabetismo. A classe baixa urbana, no início da industrialização, já tinha um maior acesso à educação, ainda que relativo.

O nível de escolarização era baixo bem como o de demandas em relação à especialização. Quando isso se modifica, os canais de formação do operariado passaram, geralmente, ao largo do sistema formal de ensino, onde sempre se localizou a biblioteca.

Por outro lado, foi na classe média tradicional e na nova classe média que a biblioteca encontrou o seu público, já que, para eles, a educação era um ponto chave, inclusive de ascensão social. Cresceu a demanda à biblioteca, mas somente por um grupo, detentor do poder econômico. Essa demanda foi condicionada, em grande parte também, pela localização física da própria biblioteca, sempre em locais «nobres» embora marcada pela precariedade dos seus serviços de extensão. A Escola da classe dominante forneceu o público da biblioteca, obviamente, dessa mesma classe. A educação destinava-se a uma elite e a biblioteca seguiu a mesma tendência.

Na euforia dos anos 50, impulsionado pelo ideário de democracia do pós-guerra, observou-se um movimento de criação ou reorganização das nossas principais bibliotecas públicas.

A vitória dos aliados na segunda guerra mundial trouxe para o mundo ocidental a crença de que a democracia era a salvação para todos os problemas do povo. Esse era um ideal liberal.

«Houve um momento histórico em que princípios como igualdade de direitos e de oportunidades, destruição de privilégios hereditários, respeito às capacidades e iniciativas individuais e educação universal para todos constituíram-se nas diretrizes fundamentais de uma doutrina: o liberalismo» (3).

Os princípios fundamentais do liberalismo são: individualismo, liberdade, propriedade, igualdade e democracia.

«A corrente liberal postula que os indivíduos nascem com potencialidades distintas e têm diferentes motivações. Eles devem se posicionar na estrutura ocupacional das sociedades conforme suas potencialidades e sua motivação e não de acordo com a posição ocupada pelos pais.» (3).

Segundo essa doutrina, a função da autoridade é permitir a todos o «desenvolvimento de suas potencialidades». Logo, o «único responsável pelo sucesso ou fracasso social de cada um é o próprio indivíduo e não a organização social» (3).

Esse princípio do individualismo faz com que o liberalismo aceite a sociedade de classes, legitimando-a e sancionando-a.

O princípio da liberdade, outro postulado liberal «presume que um indivíduo seja tão livre quanto outro para atingir uma posição social vantajosa, em virtude de seus talentos e aptidões. Assim, para o liberalismo, como os homens não são individualmente iguais, é impossível querer que sejam socialmente iguais.» (3).

Para que esses princípios possam ser cumpridos é necessário que haja democracia que «consiste no igual direito de todos de participarem do governo através de representantes de sua própria escolha» (3).

Esses ideais liberais, aplicados à biblioteca pública, traduziam-se em livre acesso das pessoas à informação, igualdade no uso dos recursos da biblioteca, «aberta a todos os membros da comunidade, sem distinção de raça, nacionalidade, idade, sexo, religião, língua, situação social ou nível de instrução» (4).

Esses princípios, assumidos pela biblioteca, o foram também pela educação. Assim sendo, «a educação escolar não terá como objetivo a eliminação das diferenças entre os homens, mas a construção de uma sociedade onde todas as posições da estrutura ocupacional, mesmo as

mais elevadas, estão disponíveis para os indivíduos de quaisquer origens, desde que adequadamente dotados e suficientemente motivados para competir por elas» (3). Para Cunha (3), essa corrente «impregna a ideologia oficial do Estado dos países capitalistas».

O liberalismo surgiu na Europa ligado à emergência da burguesia como classe dominante, mas, no Brasil, ao contrário, essa doutrina tornou-se a arma ideológica da aristocracia rural brasileira. Bresser Pereira (2) diz que, desde o início, o liberalismo político não existiu no Brasil, mesmo na época do liberalismo econômico. «Sobrevivia na medida em que era a ideologia dominante na Europa e porque era coerente com o liberalismo econômico, completando-o» (2).

Para o referido autor, nosso liberalismo apresenta características peculiares: conservador e retrógrado ligado à classe dominante, do ponto de vista econômico.

Dentro desse contexto, a nossa biblioteca pública assumiu um papel duplamente contraditório. Aceitou, como seus, objetivos formulados a partir de uma ideologia que se propunha representante de novos tempos e de nova força de poder, na Europa, quando no Brasil ocorreu justamente o contrário. A biblioteca pública se ligou, ideologicamente, aos que tradicionalmente detinham o poder econômico e constituíam a minoria da nossa população opondo-se aos novos tempos de igualdade e democracia.

Por outro lado, os objetivos propostos para a biblioteca pública conflitavam com a estrutura da nossa sociedade, com a nossa realidade social.

Se a classe média e alta detinham o poder econômico e político do país, a grande massa da classe trabalhadora rural ou urbana vivia na miséria e sem possibilidade de maior acesso aos benefícios trazidos pelo incipiente desenvolvimento, via industrialismo. A acele-

ração da urbanização fez com que as principais cidades do país se tornassem metrópoles, «inchando» cada vez mais, cercadas por verdadeiros bolsões de miséria.

A desigualdade regional e pessoal impedia que o público tivesse acesso «igual» à informação. Situação que, convém lembrar, já ocorria quando da criação das principais bibliotecas públicas.

O ideal de biblioteca proposto era, portanto, impossível de ser atingido, dada a estrutura da nossa sociedade. Mas a biblioteca pública continuou a acreditar nesse seu objetivo igualitário, apesar de a sua prática revelar o seu envolvimento com a classe dominante — isto é, com a burguesia.

O mesmo ocorria com a educação, só que, os seus especialistas, analisando o papel atribuído à educação como instrumento de «equalização de oportunidades» viram ter essa atribuição «a função ideológica de dissimular os mecanismos de discriminação da própria educação, bem como os da ordem econômica» (3).

Parece que os bibliotecários não viram essas implicações, subjacentes à sua concepção de biblioteca pública. De uma maneira geral, a biblioteca é tratada como se fosse uma instituição neutra, desempenhando sua função social pré-estabelecida, sem nenhuma conotação ideológica.

Interessante, também, observar que a biblioteca pública floresceu no Brasil em períodos populistas, o que poderia fazer supor que esse fato concorreria para uma aproximação da biblioteca com o povo.

Ocorre que, segundo Bresser Pereira (5), o populismo no Brasil, a partir de 30 até 64, significou a união entre a burguesia industrial, a classe média e os trabalhadores urbanos. Os atores da sociedade passaram a ser a burguesia mercantil especulativa, a pequena bur-

guesia industrial, a média tecnocracia civil e militar, os trabalhadores urbanos.

Esses constituíram-se, também, nos usuários da biblioteca, haja visto sua inserção no contexto especificamente voltado para as camadas média e alta.

Os não atores da sociedade, segundo o referido autor, foram os trabalhadores rurais e os marginais urbanos, ignorados também pela biblioteca pública brasileira — urbana e de classe média.

O populismo parece não ter favorecido a aproximação biblioteca/povo. Essa não procurou ampliar sua clientela, atingindo outros segmentos da população, nem criou condições favoráveis a uma maior participação popular. Na verdade, a biblioteca pública nunca foi nem popular nem democrática. O usuário, para a qual a biblioteca, teoricamente existe, parece não ter participado pessoalmente ou por delegação, da sua administração, da definição de sua política, de suas normas e regulamentos de funcionamento. Em período populista, a biblioteca mostrou-se uma instituição autoritária.

Na década de 60, no seu início, surgiu no país um movimento que foi da maior importância: o movimento de educação popular. Goés (6), analisando o aparecimento de uma proposta alternativa de educação diz que «apesar de um forte conservadorismo e do medo das mudanças (que têm sido a tônica em educação), alguns educadores começaram a perceber que os problemas de sua sala de aula não se resolveriam, apenas, dentro dela. Era preciso espiar o que se passava no campo social como um todo e voltar à sala de aula com a visão da realidade do processo que estava sendo vivido... Com a crise dos anos 50/60, um maior número de educadores começou a botar a cabeça fora da sala de aula para olhar e estudar o mundo.» Viram que a educação se dirigia preferencialmente à classe dominante,

que se tornava necessário levá-la ao povo. Góes (6) situa a prática de educação popular como uma decorrência de um movimento popular, que deve, por sua vez, ter poder político. Fato que, de uma certa maneira, ocorreu em alguns Estados, como Pernambuco e Maranhão, possibilitando a eclosão de vários movimentos de cultura e educação popular, como o «Movimento de Cultura Popular», o «Sistema Paulo Freire», a «Campanha de pé no chão também se aprende a ler». Outros movimentos surgiram, em diferentes regiões, incentivados pelo Estado populista, como o «Movimento de Educação de Base», o «Centro Popular de Cultura».

«Esses movimentos fazem parte de uma História na qual o país buscava caminhos alternativos às propostas tradicionais e conservadoras. Todos foram filhos da crise sócio-político-econômica dos anos 50-60 e terminaram por ser peças da estratégia política maior: as propostas de Reformas de Base que sepultaram o parlamentarismo. Todos receberam recursos públicos» (6).

Em vários desses movimentos populares observou-se a proposta de criação de uma biblioteca, como por exemplo, na «Campanha de pé no chão também se aprende a ler» e nos «Centros de Cultura». Mas não se tem notícia dos resultados práticos dessas propostas, ao que parece, feitas pelos educadores.

Mas a biblioteca pública, que tradicionalmente sempre esteve ligada à educação, não seguiu essa tendência. Continuou a ser supridora e parte do sistema formal de ensino. Isso pode ser comprovado pela análise da literatura a respeito, que não enfatiza a importância da biblioteca pública na educação popular, quando essa estava no auge.

Assoberbados, talvez, pelo grande número de estudantes que procuravam suas coleções ou por suas preocupações com o processamento técnico, os bibliotecário

não tiveram tempo, supõe-se, de olhar para fora da janela e ver o que ocorria no «lado de fora». Perderam, assim, a oportunidade de colocar a biblioteca perto do povo.

Significativa é essa falta de percepção em relação a esses movimentos e a outros movimentos da sociedade civil e sua importância em termos de um trabalho que visava a uma democratização em relação à cultura — pano de fundo e ideário da biblioteca pública.

Nesse campo, destaca-se a atuação da Igreja, na sua ala progressista, incentivadora ou cooperadora de praticamente todos os movimentos de educação popular na sociedade civil.

«Educação popular e trabalho político-pastoral fundiram-se progressivamente, especialmente nos países onde — em consequência dos golpes militares — a Igreja mostrou ser a única instituição suficientemente forte para seguir atuando junto às camadas populares, como foi o caso brasileiro» (7).

A relação Igreja/educação é notória no Brasil, tanto no que diz respeito à educação formal quanto à popular, bem como a ligação Igreja/movimentos populares. O mesmo não acontece em relação à biblioteca. Quais seriam as causas de a Igreja, que se engaja na educação, não colocar a biblioteca como uma instituição importante?

Talvez a resposta esteja, entre outros motivos, na relação que a Igreja Católica estabeleceu historicamente com os livros. Esses, ao longo dos tempos, foram vistos por ela mais como algo que devia ser guardado, preservado e até mesmo censurado. A leitura devia ser só de alguns livros, que escaparam do Index Librorum Prohibitorum. O livro não era considerado como fator de progresso individual e base de uma educação voltada para a liberdade, como o foi, por exemplo, com o protestantismo.

A imprensa chegou ao Brasil alguns séculos depois de sua invenção e propagação na Europa e Estados Unidos, por causa de limitações políticas e religiosas.

As primeiras bibliotecas do país, existentes nos colégios dos jesuítas, destinavam-se basicamente ao público interno, apesar de abertas a outros interessados. Na verdade, seu público potencial era pequeno, restrito aos que sabiam ler.

A relação Igreja Católica/livro parece não ter sido uma ligação aberta e frutífera, principalmente no Brasil.

Brandão (8) mostra que a «década de 60, que nos envolveu a todos com a educação popular, foi o tempo de uma verdadeira reinvenção da criatividade e do compromisso da educação no Brasil». Diz que «procurava-se pensar a educação às avessas» (8).

Mas na área da biblioteca pública não se encontra evidências de que tal fato ocorreu.

Bosi (9) diz que no período que vai de 45 a 64, a palavra chave era «conscientizar». Mas a «conscientização», em relação à biblioteca pública, só viria a concretizar-se na década de 80.

O período seguinte, na história do país, marcou uma fase de decadência da biblioteca pública e o florescer da biblioteca especializada e dos sistemas de informação. O desenvolvimento do país exigia cada vez mais uma especialização na formação dos técnicos e na utilização dos recursos e equipamentos existentes, alcançando a informação científica e tecnológica uma importância que não tivera antes.

A dependência econômica e tecnológica do país ensejou a existência de outras dependências, como a da informação. Por inspiração estrangeira, disseminou-se no país a idéia do planejamento e implantação de grandes sistemas de informação, onde a biblioteca pública aparecia, às vezes, como uma das infra-estruturas do sis-

tema. Mas, de acordo com o espírito da época, nesse planejamento enfatizava-se a sua técnica bem como a estrutura do sistema. Não se discutiam os objetivos da biblioteca pública, não se consideravam os verdadeiros problemas que nos afligiam: biblioteca para quem? biblioteca brasileira — como?

Uma análise de planos feitos na época nos mostra a mesma concepção de biblioteca que a prática já demonstrava ser irreal, os mesmos modelos de desenvolvimento de biblioteca pública propostos para outros países. Durante praticamente toda a década de 70 essa situação perdurou.

Contudo, a partir do final dos anos 70, uma nova realidade passa a existir no país, em termos políticos e ideológicos. Bosi (9) fala de uma «virada». Afirma que «as verdadeiras vanguardas espirituais de hoje estão pondo em xeque todo o projeto pseudo-racional que nos arrastou ao ponto em que estamos opondo, vigorosamente, a ecologia e a tecnologia sem riscos humanos ao industrialismo cego, os grupos de base às organizações-polvo, o projeto de um socialismo pobre ao frenesi do consumo, a conversa entre os que trabalham aos ditames da burocracia e a voz, o canto e o gesto ao fetiche da página impressa... As formas religiosas voltam a interessar os estudiosos do Brasil, já não como «resíduos» de uma mentalidade atrasada e bárbara, mas como estímulos poderosos à vida em comum... há uma viragem socializante no interior da Igreja que desafia as interpretações clássicas; e junto a ela, uma disseminação de crenças pentecostais e umbandistas, nas quais os fiéis pobres e, não raro, analfabetos, são elevados à categoria de pastores e curadores, graças ao reconhecimento pela comunidade de seus dotes («carismas»): o que é uma democratização rápida e fundamental em uma sociedade que

há séculos delega só a letrados e a doutores as funções de ensinar e curar» (9).

Nesses novos tempos de democracia e de retorno a um certo populismo, «a sociologia da dependência, a polêmica entre as «idéias fora de lugar» e as «idéias no seu lugar» e os estudos sobre colônia e escravidão tornam-se o núcleo desse novo tempo cultural» (9).

Questionam-se segundo o mencionado autor, os resultados do desenvolvimento capitalista dependente, o domínio da economia, da política e da cultura por uma classe privilegiada.

E o questionamento chega, afinal, à biblioteca. Encontros, congressos, simpósios, cursos, discussões, tratam sempre do mesmo problema: a biblioteca pública, como se apresenta, necessita de uma reformulação em sua concepção e ação. Existe uma consciência clara de um divórcio entre a biblioteca e a sociedade. Como torná-la uma parte integrante da vida da nossa população? A biblioteca popular surge exatamente como uma alternativa a essa biblioteca, que nunca chegou ao povo. Procurando caracterizá-la, pode-se observar que se trata de uma proposta de uma biblioteca de «baixo para cima». Ligada a uma comunidade determinada, surgiria a partir da consciência desse grupo da necessidade de informação a ser fornecida pela biblioteca. «A biblioteca popular não pode ser uma dádiva dos poderes públicos, de beneméritos, políticos, nem mesmo de educadores. Será, ao contrário, resultante da vontade de um grupo, manifestada no decorrer de reuniões, onde se discutam problemas de interesse comum, sob a coordenação de alguém com experiência de trabalho social ou animação cultural» (8).

A biblioteca popular geralmente está ligada a movimentos associativos ou comunitários que conscientizam

os grupos, com os quais trabalham, para os direitos e necessidades do cidadão.

A emergência das camadas populares, com uma razoável força e um poder de reivindicação cada vez maior, é um fenômeno atual com características diversas de movimentos anteriores.

Boschi (10) afirma que a história dos movimentos populares urbanos mostra uma evolução e uma mudança qualitativa nesses movimentos. Os primeiros estão relacionados, basicamente, com reivindicações de melhoria de condições de vida e de moradia, água, luz, esgoto, legalização da posse da terra — o local de moradia funcionando como fator de aglutinação.

Ammann (11) afirma que há duas vertentes dos movimentos populares: a oficial e a não oficial, sendo que muitos dos movimentos iniciais, como o das favelas do Rio de Janeiro, até 1964, ou foram incentivados pelo Estado, ou cooptados por ele. O Estado aparece, como fator de propulsão, pela inoperância em favorecer serviços básicos e, como fator de contenção, intervindo ao provocar soluções. Boschi (10) cita, como exemplo do que se afirmou, o movimento das favelas do Rio de Janeiro, o caso Acari, no Rio, o movimento da Favela de Pirambu, de Fortaleza, o dos Incansáveis Moradores da Ceilândia, de Brasília.

A década de 70 vê surgir a ação das comunidades eclesiais de base (CEBs) e suas pastorais, que passam a assessorar e incentivar movimentos comunitários.

Em 1974, com a crise de legitimidade do governo, a situação muda. Começam as reivindicações por direitos humanos e observa-se um agravamento das condições de vida dos cidadãos e uma conseqüente ação/reação no sentido de melhoria dessas condições.

«A partir de 1976 esses movimentos se multiplicam... Surgem, nos mais distantes bairros, diferentes formas

de organização que resultam da capacidade de articulação dos moradores na luta pelo direito à cidadania, questão significativa que se coloca para a prática política das classes populares» (Jacobi, 12). Esses movimentos populares urbanos começam a apresentar uma característica que os diferencia dos anteriores: uma relativa autonomia.

O Estado é levado não apenas a ampliar os equipamentos de consumo coletivo mas sofre pressão no sentido de agir segundo as necessidades ditadas por esses movimentos. Um exemplo dessa mudança de rumos pode ser observada no movimento das creches e centros de saúde, em São Paulo. A definição da política a ser seguida passa a ser responsabilidade do povo, via Conselho de Representantes, e não mais do Estado.

Jacobi (12), ao colocar a questão do controle popular, diz que os representantes de ruas e quarteirões participando da formulação de políticas, «transformaram as moradias em espaços de participação.»

O questionamento da ação do Estado e do papel por ele desempenhado passou a ser uma constante.

Uma pergunta que se impõe é como essa experiência se aplica à biblioteca popular.

Em primeiro lugar, deve-se questionar o fato de a comunidade assumir a biblioteca, como nos primeiros mutirões para a prestação de serviços básicos, como esgotos. A comunidade, sendo pobre, não irá assumir uma biblioteca também pobre e sem recursos? «Bibliotecas não existem gratuitamente, são instituições onerosas que, sem a injeção permanente e sistemática de recursos, fenecem rapidamente» (13).

Os recursos disponíveis para a biblioteca pública no Brasil são sempre poucos e difíceis de serem obtidos. Se as comunidades, carentes, assumem essa obrigação em relação à biblioteca, melhor para o Estado, que se

sentirá desobrigado dessa tarefa e continuará com o seu atendimento à classe média, sempre privilegiada.

A linha de atuação dos movimentos coletivos urbanos, no momento atual, fornece um exemplo que merece a atenção dos responsáveis pela biblioteca pública e popular.

Ao se opor a biblioteca popular à biblioteca pública, não se estaria repetindo o erro ocorrido com a educação popular, no início dos anos 60, que, no seu radicalismo e na sua proposta alternativa, não enxergou que, agindo assim, estava fazendo o próprio jogo do sistema?

Paiva (14), analisando a trajetória da educação popular, mostra que num primeiro momento só se aceitava a educação que partia das classes populares e a elas era dirigida. Posteriormente, os próprios educadores fizeram uma autocrítica dessa sua posição, passando a contestá-la. Sentiram a impossibilidade, pela carência de recursos, de oferecerem uma instrução de bom nível. Ocorreu, também, uma rejeição dessa instrução pelo fato de a educação ser vista, geralmente, como fator de ascensão social. A escola que as camadas populares queriam freqüentar era a da camada superior. Alguns educadores passaram a reivindicar a participação do Estado como a única possibilidade de manter uma educação eficiente.

Essas colocações fazem lembrar a experiência que ora vive a biblioteca popular. Persistindo na sua posição inicial, fechada em si mesma e se apoiando apenas na comunidade na qual se insere, não estaria essa biblioteca repetindo, hoje, uma tendência que foi característica de décadas anteriores?

Pela sua concepção de prestação de serviços, a biblioteca popular está ligada à sua época, mas quando da operacionalização dessa idéia, entra em contradição com os rumos atuais dos movimentos populares.

Quanto ao funcionamento de algumas dessas pioneiras experiências, depoimentos de pessoas responsáveis por algumas dessas bibliotecas apresentam coincidências em relação aos problemas observados: falta de recursos de todo tipo; baixa participação dos membros da comunidade; instabilidade de funcionamento, devido à sua ligação com grupos dirigentes de associações que se alternam no comando da comunidade e no incentivo à biblioteca; desconfiança da comunidade em relação à promessas de serviços, muitas vezes não cumpridas; falta de motivação para o trabalho na biblioteca e para o uso dos recursos.

Pode-se dizer que as bibliotecas parecem sofrer, de uma maneira geral, os mesmo problemas que afetam as associações a que geralmente estão ligadas. Boschi (10) assinala, entre os movimentos por ele estudados, problemas como a baixa participação da comunidade nas atividades, desinteresse, desunião, concorrência entre grupos, ciclo de vida limitado dos movimentos.

Um ponto que merece destaque refere-se à necessidade, sentida pelo grupo, de uma biblioteca. De um lado, os profissionais bibliotecários — agentes externos — tendem a considerar, em princípio, que a biblioteca é algo importante. Desse ponto de vista, o trabalho principal a ser feito deverá ser o de conscientização dessa importância, ajudando o grupo a expressar suas necessidades nessa direção. Por outro lado, observa-se que a preocupação dominante nos movimentos populares refere-se à melhoria das condições de vida, com reivindicações referentes à habitação, água, luz, esgoto. Necessidades relativas à educação não aparecem como prioritárias, nos estudos citados por Boschi. E não há nenhuma referência à necessidade de biblioteca e de informação. Mesmo porque, como diz Lima (13) «em condições normais de vida, não se sente a necessidade de bibliotecas, nem

mesmo quando existe grande vontade de «aprender». Nossa tradição de aprendizado é pela prática...»

Diante dessa situação, como deve agir o profissional? O possível desinteresse pela biblioteca deve ser analisado de que maneira? As necessidades de informação estão latentes? Como trabalhar para que cheguem a ser expressas? Existe uma escala de prioridade para o atendimento dessas necessidades?

Essas são algumas das dúvidas que estão a exigir uma séria reflexão por parte dos bibliotecários para que possam ter uma maior clareza de como devem direcionar o seu trabalho, sem definições «a priori» a respeito da biblioteca e da sua importância.

Em relação aos agentes externos, o que se observa é que, algumas vezes, o papel de agente, relacionado à biblioteca, vem sendo exercido pela Universidade, mas de uma maneira assistemática.

Depoimentos de participantes dessas experiências mostram a resistência das comunidades em relação a determinados agentes externos, muitas vezes devida à decepção com a falta de continuidade da ação ou com a ausência de resultados. Essa afirmativa, geralmente, diz respeito à Universidade e sua intervenção nas comunidades, através de serviços de extensão.

Mas, apesar de problemas que têm sido detectados, as incipientes experiências no campo da biblioteca popular constituem um exemplo interessante de uma tentativa de aproximação biblioteca/povo.

O que se questiona não é a idéia da biblioteca popular, mas a sua continuidade, ligada que está, entre outros, ao desenvolvimento de uma democracia participativa. Chauí diz que para que essa se desenvolva é necessária «a produção de sentimentos de comunidade, através da transformação da consciência popular que

deve assumir-se não mais como consumidora de bens políticos, mas como agente executora das ações sociais de teor político» (1).

Em uma democracia participativa, a biblioteca popular teria condições de desenvolver sua proposta alternativa de ação, isto é, uma biblioteca de «baixo para cima», onde os serviços seriam prestados a partir das necessidades efetivas da comunidade. Mas o que se pode observar é que, algumas vezes, usa-se, para uma proposta nova, velhos esquemas. Parece que o agente externo parte para discutir com a comunidade os serviços necessários segundo um esquema pré-determinado de atividades, que se apresentariam como alternativas de escolha.

É essa a impressão que se tem ao analisar, por exemplo, alguns serviços oferecidos pelas bibliotecas populares: registro e recolhimento da memória local, do saber popular.

Será que as comunidades apresentam, todas elas, uma semelhança tão grande de necessidades e prioridades que exijam as mesmas soluções? Não estaria ocorrendo uma interferência grande do agente externo, que, apegado a um autoritarismo ainda existente, induz os grupos à necessidade de certos serviços?

Será que a biblioteca popular, na sua prática, vem possibilitando uma abertura para se pensar criativamente a biblioteca dentro de cada comunidade? Será que vem criando condições de desenvolvimento de uma biblioteca verdadeiramente de «baixo para cima»?

Para que a idéia de biblioteca popular prospere, além das condições sociais necessárias, é fundamental que o bibliotecário, enquanto agente externo dentro da comunidade, fique atento aos rumos de sua proposta alternativa de ação e da experiência de outras áreas

junto às camadas populares, para que não incorra em erros que outros cometeram, apesar da boa intenção inicial.

Garcia (15) mostra que, muitas vezes, os agentes definem os interesses das camadas populares, julgam conhecer «os reais interesses destas camadas, enquanto essas definem apenas interesses imediatos.» Fala que é de «fundamental importância ressaltar que a proposta de fortalecer o poder das camadas populares não está centrada na transmissão de conhecimento, mas na criação de um espaço onde o saber popular possa se expressar».

Mas, por trás dessa proposta, uma série de problemas, além dos levantados anteriormente, aparecem e merecem ser discutidos.

Em relação à criação do espaço, deve-se perguntar: o espaço deve ser conquistado ou cedido? Quais as implicações que essas posições trazem?

Como o saber nunca é neutro, pode-se falar numa relação saber/poder. Garcia (15) diz que «é a relação de poder que deve mudar para que o agente possa decodificar o que os grupos populares têm a dizer.» Daí a dificuldade de o bibliotecário, enquanto agente, lidar com o saber popular. Mesmo sua proposta de recolhimento e sistematização do saber popular encontra uma série de resistências: «...não se trata, portanto, de uma troca (impraticável), de um saber pelo outro, mas da criação de um «bloco» (de reconhecimento/proposta) em que a determinação última de encaminhamento e controle da ação pertença às camadas populares. Por tudo quanto foi dito fica claro que este «bloco» não é o saber recolhido do grupo popular e sistematizado pelo agente... Esse negócio de devolver sistematizado é uma mistificação... Isto porque a sistematização não é neutra (exercício meramente técnico). É o próprio agente que

seleciona e reelabora as informações que recolhe. Esta forma de atuar faz com que a última palavra seja a sua, o que lhe permite preservar seu poder.»

Colocações como essas mostram que o trabalho nessa área não é uma tarefa fácil, que existe um envolvimento complexo entre agente e camadas populares.

Uma biblioteca popular traz uma proposta de trabalho que se diferencia da ação tradicional da biblioteca pública. Mas para que seja uma verdadeira biblioteca popular é preciso que o bibliotecário, enquanto agente, se coloque diante das camadas populares como um incentivador, um animador, um catalizador, e não alguém que exerça algum tipo de dominação. Dominação traduzida, por exemplo, em direcionar a biblioteca para determinados serviços ou prioridades.

As colocações feitas anteriormente mostram que, talvez, esteja no momento de os responsáveis pela biblioteca popular, ou interessados no assunto, refletirem sobre o porquê e o para quê dessa biblioteca.

Dessa reflexão talvez surja um novo direcionamento e uma nova postura diante desse fazer bibliotecário, mais consciente e consistente do que o atual.

Apesar de ser uma experiência incipiente e pouco divulgada em termos de documentação, a idéia de biblioteca popular abriu novos horizontes no pensar/fazer bibliotecário.

O antigo modelo de biblioteca pública implantada no país não conseguiu aproximar a biblioteca do povo. As tentativas de mudança de rumo (como por exemplo, a expansão dos serviços de extensão) não alcançaram grande êxito. Partiam do mesmo princípio — uma biblioteca centralizadora, autoritária, de «cima para baixo». A grande conclusão que se pode tirar é de que a biblioteca pública procurou alcançar um ideal que funcionava

no imaginário dos bibliotecários e que conflitava com o real da sociedade. Precisava-se pensar a biblioteca «às avessas».

A idéia de biblioteca popular, e sua prática, aproximou a biblioteca das camadas populares, procurou estruturá-la de «baixo para cima», criou condições para torná-la participativa.

A biblioteca passou a acompanhar seu tempo, inseriu-se na história, ofereceu uma contribuição renovadora para a área.

O passo seguinte não seria uma síntese da idéia de biblioteca popular com a participação dos recursos do Estado? Dessa união não nasceria uma verdadeira biblioteca pública/popular? Esse é o ideal que bibliotecários perseguem a fim de atender às necessidades da sociedade, tornando a biblioteca uma instituição socialmente útil.

Considerations over the role of the public library in Brazil, showing the contradictions of its objectives in regard to our social reality. Analysis of a proposal of a «popular» library, seeking to establish its position on the context of «popular» movements, and at the same time discussing the possibilities of its performance and influence.

BIBLIOGRAFIA

1. CHAUÍ, Marilena. O discurso competente. In: **Cultura e democracia; o discurso competente e outras falas.** São Paulo, Moderna, 1982. p. 3-38.
2. BRESSER PEREIRA, Luiz C. **Desenvolvimento e crise no Brasil.** São Paulo, Brasiliense, 1980. 239 p.
3. CUNHA, Luis Antônio. A educação e a construção de uma sociedade aberta. In: ————. **Educação e desenvolvimento social no Brasil.** Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1975, p. 25-60.

4. UNESCO. Manifesto da Unesco sobre bibliotecas públicas. **R. Bras. Bibliotecon. Doc.**, 7(436): 158-62, abr./jun. 1962.
5. BRESSER PEREIRA, Luiz C. **Pactos políticos; do populismo à redemocratização.** São Paulo, Brasiliense, 1985. 222 p.
6. GÓES, Moacyr de. Voz ativa. In: CUNHA, Luis Antônio & GÓES, Moacyr de. **O golpe na educação.** Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1985. p. 8-34.
7. BETO, Frei. **O que é comunidade eclesial de base.** São Paulo, Brasiliense, 1981. 115. p.
8. BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Apresentação. In: A QUESTÃO política da educação popular. São Paulo, Brasiliense, 1980, p. 11-15.
9. BOSI, Alfredo. Prefácio. In: MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da cultura brasileira.** São Paulo, Ática, 1977. II-XVII.
10. BOSCHI, Renato Paul, org. **Movimentos coletivos no Brasil urbano.** Rio de Janeiro, Zahar, 1983. 179 p.
11. AMMANN, Safira Bezerra. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil.** São Paulo, Cortez, 1982. 176 p.
12. JACOBI, Pedro. Movimentos populares urbanos e resposta do Estado: autonomia e controle vs cooptação e clientelismo. In: BOSCHI, Renato P. **Movimentos coletivos no Brasil urbano.** Rio de Janeiro, Zahar, 1983.
13. LIMA, Etelvina. Biblioteca em programas de alfabetização de adultos. **R. Esc. Bibliotecon. UFMG**, Belo Horizonte, 11(2):133-145, set. 1982.
14. PAIVA, Vanilda. Introdução. In: PERSPECTIVAS e dilemas da educação popular. Rio de Janeiro, Graal, 1984. p. 5-60.
15. GARCIA, Pedro B. Educação popular: algumas reflexões em torno da questão do saber. In: A QUESTÃO política da educação popular. São Paulo, Brasiliense, 1980. p. 88-121.